

Notícias de interesse da segurança pública em tramitação nos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, no plano federal, na semana do dia 27 a 31 de junho de 2019.

. PODER LEGISLATIVO -



1.1 TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Reforma da Previdência pode agravar desigualdade de gênero no País, dizem especialistas

As mudanças previstas para as as mulheres na reforma da Previdência (PEC <u>6/19</u>) podem agravar a desigualdade de gênero no País, segundo especialistas ouvidos nesta terça-feira (28) pela comissão especial que analisa a proposta. Atualmente, o Brasil ocupa o 95º lugar entre 149 países em relação à igualdade de gênero.

Comissão sobre reforma da Previdência debate hoje regime de capitalização

A Comissão Especial sobre a reforma da Previdência (<u>PEC 6/19</u>) debate hoje o regime de capitalização e avaliação atuarial. O debate faz parte de um cronograma elaborado pelo relator do texto, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), que prevê a realização de três debates semanais ao longo de todo o mês de maio.

Plenário analisa MP que busca coibir fraudes no INSS

O Plenário começou a analisar a Medida Provisória <u>871/19</u>, que cria um programa de revisão de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), exige cadastro do trabalhador rural e restringe o pagamento de auxílio-reclusão apenas aos casos de pena em regime fechado. De acordo com o projeto de lei de conversão do deputado Paulo Eduardo Martins (PSC-PR), o INSS terá acesso a dados da Receita Federal, do Sistema Único de Saúde (SUS), de movimentação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outros para concessão, revisão ou manutenção de benefícios.

Rodrigo Maia cria comissão para analisar reforma da Previdência dos militares

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, anunciou em Plenário nesta quartafeira (29) a criação da comissão especial para analisar a reforma da Previdência dos militares. O Projeto de Lei <u>1645/19</u> estabelece ainda reestruturação salarial da categoria.

Economistas apontam prós e contras do sistema de capitalização na Previdência

No próximo dia 4, em seminário internacional, comissão especial da reforma da Previdência retomará a análise dos sistemas de capitalização. Debatedores convidados pela comissão especial da reforma da Previdência (PEC 6/19) analisaram nesta quarta-feira (29) os pontos críticos dos sistemas de capitalização. Em comum, todos indicaram a necessidade de assegurar rendimento mínimo para as aposentadorias. O secretário de Previdência do Ministério da Economia, Leonardo Rolim, assegurou que o governo garantirá isso.

Acordo permitiu votação de MP sobre benefícios previdenciários

A votação da MP 871/19, que cria um programa de revisão de benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), só foi possível após um acordo entre governo, centro e oposição. A medida, que perde a vigência em 3 de junho, também exige cadastro do trabalhador rural e possibilita o pagamento de auxílio-reclusão apenas nos casos de pena em regime fechado.

Plenário aprova mudança em MP que busca coibir fraudes no INSS



O Plenário aprovou, por 248 votos a 137, destaque do bloco PP/MDB/PTB à Medida Provisória 871/19 e incluiu no texto regra para proibir o compartilhamento de dados de entidades privadas obtidos pelo INSS com outras entidades privadas.

Plenário aprova prorrogação de prazo em medida provisória

O Plenário aprovou emenda do PDT à Medida Provisória 871/19 e prorrogou de 2020 para 2023 a comprovação da condição de atividade rural exclusivamente por meio do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Os deputados já aprovaram o projeto de lei de conversão da MP, que cria um programa de revisão de benefícios, exige cadastro do trabalhador rural e restringe o pagamento de auxílio-reclusão apenas aos casos de pena em regime fechado.

<u>Debatedores sugerem mesmo pedágio para militares, servidores civis e</u> trabalhadores em geral na reforma da Previdência

Em audiência pública na comissão especialque analisa a reforma da Previdência (PEC <u>6/19</u>), debatedores sugeriram a aplicação do mesmo pedágio para militares, servidores civis e trabalhadores em geral: 17% do tempo que falta para aposentadoria. O pedágio é o tempo a mais de trabalho como regra de transição para o novo sistema.

Regras de transição são o principal foco das emendas à reforma da Previdência

Levantamento feito a partir de dados do Sistema de Informações Legislativas lista os conteúdos mais abordados nas emendas apresentadas pelos deputados. As regras de transição dos atuais servidores públicos e trabalhadores do setor privado foram o principal foco das emendas apresentadas à proposta de reforma da Previdência em análise por uma comissão especial da Câmara dos Deputados (PEC <u>6/19</u>). A economia desejada pelo Executivo com a aprovação integral do texto é de R\$ 1,236 trilhão em dez anos.

Rodrigo Maia reafirma intenção de votar reforma da Previdência até o fim do primeiro semestre

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, reafirmou que espera votar a reforma da Previdência (PEC <u>6/19</u>) até o final do primeiro semestre. Segundo ele, o cronograma de votação está sendo construído em conjunto com o governo e os partidos que apoiam a proposta. Maia participou nesta sexta-feira (31) da convenção nacional do PSDB. O partido fechou questão em relação à reforma.

<u>Comissão promove seminário internacional sobre experiências em Previdência Social</u>

A comissão especial que analisa a reforma da Previdência (PEC <u>6/19</u>) promove nesta terçafeira (4) seminário internacional sobre a proposta.

Os deputados Henrique Fontana (PT-RS) e Darcísio Perondi (MDB-RS) são autores dos pedidos para realização do evento. O objetivo do seminário é debater experiências estrangeiras em Previdência Social.

1.2 COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Câmara debate crise no sistema penitenciário

O Plenário da Câmara dos Deputados será transformado em comissão geral nesta manhã para discutir o sistema penitenciário no Brasil. O debate atende requerimento do deputado Lincoln Portela (PL-MG). Segundo o parlamentar, o sistema carcerário conta hoje com "uma infraestrutura precária, poucos servidores, superlotação, alto índice de reincidência, omissão da sociedade, dentre outras causas que tornam a situação insustentável".

Legislação participativa promove seminário nacional sobre Guardas Municipais



A comissão de Legislação Participativa da Câmara promove hoje o 11º Seminário Nacional de Guardas Municipais e Segurança Púbica. A sugestão para a realização do evento foi encaminhada pela organização SOS Segurança dá Vida, sediada em São Paulo.

Proposta autoriza curso sobre uso de arma de fogo a maiores de 21 anos

O Projeto de Lei 1857/19 permite que as empresas que atuam na formação de vigilantes da segurança privada, devidamente autorizadas pela Polícia Federal, forneçam a pessoas maiores de 21 anos cursos e treinamentos de capacitação para o uso e manuseio de armas de fogo. O texto altera o Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03).

Proposta permite prisão sem autorização judicial durante ação controlada da polícia

O Projeto de Lei 1678/19 estabelece que a ausência de autorização judicial não torna ilegal a prisão decorrente de ação controlada, não cabendo responsabilidade criminal ou administrativa do agente policial. Além disso, prevê que serão lícitas as provas obtidas por meio da operação. O texto altera a Lei de Combate ao Crime Organizado (12.850/13).

Proposta livra das multas de trânsito os policiais e bombeiros em serviço

O Projeto de Lei 1808/19 desobriga os órgãos de segurança pública e de atendimento de urgência da apresentação de relatórios referentes a multas aplicadas pelos departamentos de Trânsito e de Estradas e Rodagens dos estados e do Distrito Federal (Detrans e DERs). Em contrapartida, esses dois órgãos deverão ser informados sobre as placas dos veículos que integram a frota de cada órgão beneficiado.

Projeto regulamenta ação estatal contraterrorista no Brasil

O Projeto de Lei 1595/19 regulamenta as ações estatais para prevenir e reprimir ato terrorista no Brasil. Conforme a proposta, caberá ao presidente da República designar a pessoa responsável pela coordenação dos trabalhos, seja um militar ou um civil.

Guardas municipais pedem mudanças na PEC da Previdência

Em Seminário Nacional de Guardas Municipais e Segurança Púbica, o 11º realizado pela Comissão de Legislação Participativa, o presidente do Conselho Nacional das Guardas Municipais, comandante Carlos Alexandre Braga, lamentou que a categoria tenha sido deixada de lado na proposta de reforma da Previdência que está sendo analisada pela Câmara.

1.3 POLÍTICA

Carteiras funcionais de parlamentares podem ter valor de documento civil

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou, nesta quinta-feira (30), a validade como documento civil em todo o País das carteiras de identidade funcionais de senadores, deputados federais, estaduais e distritais e vereadores. A medida está prevista no Projeto de lei <u>9767/18</u>, do Senado Federal, que foi analisado pela Câmara.

1.7 AGENDA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS



Agenda da semana

SEGUNDA-FEIRA (3)

9 horas

Sessão Solene

Homenagem ao Dia do Bumba Meu Boi. Plenário Ulysses Guimarães

9 horas

Plenário

Sessão de debates. Plenário Ulysses Guimarães

10 horas

Comissão Especial da Reforma da Previdência (PEC 6/19)

Seminário sobre a PEC 6/19. Rio Grande do Sul (RS)

11 horas

Sessão Solene

Homenagem em Defesa do Homeschooling (educação domiciliar) no Brasil.

Plenário Ulysses Guimarães

TERÇA-FEIRA (4)

9 horas

Sessão Solene

Homenagem ao Dia do Técnico e Auxiliar de Enfermagem.

Plenário Ulysses Guimarães

9 horas

Comissão Especial da Reforma da Previdência (PEC 6/19)

Seminário Experiências em Previdência Social.

Auditório Nereu Ramos

10 horas

Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Idosos

Lançamento da frente.

Auditório Freitas Nobre

10 horas

Comissão de Defesa do Consumidor

Audiência pública para debate da cobrança pelas concessionárias de energia elétrica de valores oriundos de desvios e falhas na distribuição de energia elétrica.

Foram convidados, entre outros, o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), André Pepitone da Nóbrega; o diretor-presidente da Enel Distribuição Rio, Artur Manuel Tavares Resende; e a diretora-presidente da Diretoria Executiva da Light, Ana Marta Horta Veloso.

Evento interativo pelo e-Democracia

Plenário 8

10 horas

Comissão de Desenvolvimento Urbano

Audiência pública para discutir mudanças no Programa Minha Casa, Minha vida, com a participação do ministro do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto.

Evento interativo pelo e-Democracia



10 horas

Comissão de Educação

Audiência pública sobre o Plano Nacional de Educação.

Foram convidados, entre outros, o coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara; e os professores José Marcelino Pinto (USP) e Thiago Alves (UFG).

Evento interativo pelo e-Democracia

Plenário 10

10 horas

Comissão de Minas e Energia

Audiência pública para debater a atual situação do preço da energia elétrica no estado de Rondônia. Foram convidados, entre outros, o secretário de energia elétrica do ministério de Minas e Energia, Ricardo Cyrino; e o diretor de Regulação do Grupo Energisa S.A, Fernando Maia. Plenário 14

10h30

Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; de Viação e Transportes; e Comissão Especial sobre a Política de Mobilidade Urbana (PL 4881/12)

Audiência pública para discutir a regulamentação de ciclomotores, ciclo-elétricos e patinetes (PL 2606/19). Foram convidados, entre outros, o assessor da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes de São Paulo (SMT/SP), José Luiz Nakama; o diretor do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), Jerry Adriane Dias Rodrigues; e a consultora técnica da Área Técnica de Vigilância e Prevenção de Violências e Acidentes do Ministério da Saúde, Cheila Marina De Lima.

Plenário 11

11 horas

Sessão Solene

Homenagem aos 48 Anos da Federação Nacional das Associações da Caixa Econômica Federal (Fenae). Plenário Ulysses Guimarães

11 horas

Comissão Externa sobre a Crise na Fronteira da Venezuela com o Brasil

Reunião de trabalho.

Plenário 15

11 horas

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

Audiência pública para debater o não pagamento dos recursos da linha Proex às agroindústrias brasileiras, referentes às exportações para Cuba.

Foram convidados, entre outros, representantes do Ministério da Economia; do Tesouro Nacional; e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Plenário 6

13h30

Comissão Externa que Acompanha os Trabalhos do Ministério da Educação

Votação de requerimentos.

Plenário a definir

14 horas

Comissão de Finanças e Tributações

Audiência pública para discutir os impactos econômicos e financeiros da Reforma da Previdência, com a participação do ministro da Economia, Paulo Guedes.

Plenário a definir

14 horas

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

Missão oficial.

Montevidéu (Uruguai)



14 horas

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Audiência pública para debater os benefícios das unidades de conservação para a economia e o desenvolvimento nacional.

Foram convidados, entre outros, o professor do departamento de Ciências Ambientais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Rodrigo Jesus de Medeiros; o docente do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro Carlos Eduardo Frickmann Young; e o diretor da Conservation Internacional. André Nahur.

Evento interativo pelo e-Democracia

Plenário 8

14h30

CPI de Brumadinho

Audiência pública; e votação de requerimentos.

Foram convidados, entre outros, o gerente de geotecnia do corredor sudeste da Vale, Renzo Albieri Guimarães Carvalho; o gerente da Vale, Joaquim Pedro de Toledo; e o geólogo da Vale S.A, César Augusto Paulino Grandchamp.

Plenário 11

14h30

Comissão Especial do Fundeb (PEC 15/15)

Audiência pública.

Foram convidados, entre outros, representantes da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed); além do coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara. Plenário 13

14h30

Comissão Externa sobre casos de Violência Doméstica contra a Mulher

Votação de requerimentos.

Plenário 15

14h30

Comissões de Direitos Humanos e Minorias; e de Cultura

Audiência pública sobre liberdade de imprensa e comunicação: a cultura de violência contra jornalistas e comunicadores como ameaça aos direitos humanos e à democracia.

Foram convidados, entre outros, o jornalista e cientista político Leonardo Moretti Sakamoto; e o diretor-geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Cristiano Reis Lobato Flores; além de representante do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; . Plenário 9

14h30

Comissão do Esporte

Audiência pública sobre o programa CBF Social.

Foram convidados, entre outros, o gerente de Desenvolvimento Técnico, Responsabilidade Social e Sustentabilidade da Confederação Brasileira de Futebol, Diogo Cristiano Netto; a coordenadora de Projetos de Responsabilidade Social e Sustentabilidade da Confederação Brasileira de Futebol, Eliana Mutchnik; e o presidente do Conselho Federal de Educação Física, Jorge Steinhilber.

Evento interativo pelo e-Democracia

Plenário 5

14h30

Comissão de Minas e Energia

Audiência Pública para debater a geração distribuída de energia fotovoltaica.

Foram convidados, entre outros, o diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Rodrigo Limp; e o diretor-presidente do Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energia do Rio Grande do Norte (Cerne), Darlan Santos.



14h30

Comissão de Seguridade Social e Família

Audiência pública para debater a ampliação do acesso ao diagnóstico e tratamento para a doença de chagas no Brasil.

Foram convidados, entre outros, representantes do Ministério da Saúde; da Fiocruz; e dos Médicos Sem Fronteiras.

Evento interativo pelo e-Democracia

Plenário 7

14h30

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 1

14h30

Comissão Especial do Orçamento Impositivo (PEC 34/19)

Discussão e votação do relatório.

Plenário a definir

15 horas

Comissão Especial para analisar as Concessões de Subsídios Tributários, Financeiros e Creditícios

Votação de requerimentos.

Plenário 16

16 horas

Votações em Plenário

Pauta a definir.

Plenário Ulysses Guimarães

17 horas

Frente Parlamentar da Indústria de Máquinas e Equipamentos

Reinstalação e posse da diretoria da frente.

Salão Nobre

QUARTA-FEIRA (5)

9 horas

Sessão Solene

Homenagem ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Plenário Ulysses Guimarães

9 horas

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

Visita à Assembleia Geral do Uruguai e ao Parlamento do Mercosul.

Encontro com o presidente do Parlasul, Daniel Caggiani; e com o presidente da Comissão de População da Câmara dos Representantes do Uruguai, Gozanlo Civila.

Montevidéu (Uruguai)

9 horas

Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Subcomissão Especial Empreendedorismo e Inovação

Instalação e eleição do presidente do colegiado.

Plenário a definir

9h30

Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Subcomissão Especial Biometria e Privacidade

Instalação e eleição do presidente do colegiado.

Sala 51, ala A, anexo 2



9h30

Comissão de Desenvolvimento Urbano

Subcomissão Permanente da Habitação 2019 Instalação e eleição do colegiado. Plenário 16

9h30

Comissão de Viação e Transportes

Audiência pública sobre Trem Intercidades (São Paulo-Americana).

Foram convidados, entre outros, o diretor-presidente da Rumo S.A, João Alberto Fernandez de Abreu; e o secretário dos Transportes Metropolitanos do Estado de São Paulo, Alexandre Baldy De Sant'anna Braga. Plenário 11

9h30

Comissão de Seguridade Social e Família

Votação de projetos e requerimentos. Plenário 7

9h30

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Seminário sobre medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Evento interativo pelo e-Democracia Plenário 2

10 horas

Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Idosos

Lançamento da frente. Auditório Freitas Nobre

10 horas

Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 15

10 horas

Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Pauta a definir. Plenário 3

10 horas

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Pauta a definir.

Plenário 1

10 horas

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 6

10 horas

Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 13

10 horas

Comissão de Defesa do Consumidor

Votação de projetos.



10 horas

Comissão de Desenvolvimento Urbano

Votação de projetos.

Plenário 16

10 horas

Comissão de Finanças e Tributações

Audiência pública para debater a transferência dos resultados do Banco Central ao Tesouro Nacional: impactos ao orçamento público; e votação de projetos.

Plenário 4

10 horas

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços

Votação de projetos.

Plenário 5

10 horas

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

Votação de requerimentos.

Plenário 9

10 horas

Comissão de Minas e Energia

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 14

10 horas

Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 12

10h30

Comissão de Viação e Transportes

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 11

11h30

Comissão de Legislação Participativa

Votação de requerimentos.

Plenário 5

14 horas

Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 13

14 horas

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 15

14 horas

Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 9

14h30

Comissão de Cultura



Votação de projetos e requerimentos.

Plenário 10

14h30

Comissão do Esporte

Audiência pública sobre transgêneros no esporte.

Foram convidados, entre outros, o vice-presidente do Comitê Olímpico do Brasil, Marco Antônio La Porta; o diretor-executivo da Confederação Brasileira de Voleibol, Radamés Lattari Filho; e a atleta de MMA Anne Viriato.

Evento interativo pelo e-Democracia

Plenário 4

15 horas

Comissões de Legislação Participativa; e de Trabalho, de Administração e Serviço Público

Audiência pública sobre o fortalecimento institucional dos Correios.

Foram convidados, entre outros, o ministro da Ciência e Tecnologia, Marco Cesar Pontes; o secretário especial de Desestatização e Desinvestimento do governo, Salim Mattar; e o presidente da Empresa de Correios e Telégrafos, Juarez Aparecido de Paula Cunha.

Evento interativo pelo e-Democracia

Plenário 3

16 horas

Votações em Plenário

Pauta a definir.

Plenário Ulysses Guimarães

16 horas

Comissão de Viação e Transportes

Subcomissão Permanente Das Concessões Rodoviárias Instalação e eleição do presidente do colegiado.

Plenário 11

16h30

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado

Audiência pública para debater crimes Cibernéticos.

Foram convidados, entre outros, o presidente da Associação dos Magistrados do Distrito Federal (Amagis), Fábio Francisco Esteves; o presidente da Federação Nacional dos Policiais Federais, Luís Antônio de Araújo Boudenso; além de representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Plenário 6

QUINTA-FEIRA (6)

9h05

Sessão Solene

Homenagem à Oração da Madrugada, realizada pela Igreja Metodista BuPyeong. Plenário Ulysses Guimarães

9 horas

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Pauta a definir.

Plenário 1

9 horas

Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado

Audiência pública para debater o Projeto de Lei 443/19.

Foram convidados, entre outros, os presidentes do Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz; da Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), Jayme Martins De Oliveira Neto; e da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais (FENAPRF), Deolindo Paulo Carniel.



9 horas

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Curso de Legislação Ambiental. Evento interativo pelo e-Democracia Plenário 2

9 horas

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

Encontro com o Secretário Nacional de Cuidado, Julio Bango. Montevidéu (Uruguai)

9h30

Comissão Especial do Fundeb (PEC 15/15)

Audiência pública.

Foram convidados, entre outros, representantes da Associação Brasileira de Municípios (ABM); da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped); e da Associação Nacional de Pesquisadores em Financiamento da Educação (Fineduca). Plenário 7

9h30

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços

Audiência pública para debater o valor desproporcional das passagens e a escassez de destinos atendidos pelas linhas aéreas no Brasil e seus impactos econômicos.

Foram convidados, entre outros, os presidentes da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), José Ricardo Pataro Botelho de Queiroz; do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Alexandre Barreto; e da Federação Nacional dos Trabalhadores em Aviação Civil (Fentac), Sérgio Dias. Plenário 5

9h30

Comissão de Educação

Audiência pública para debater políticas direcionadas à educação a distância. Evento interativo pelo e-Democracia Plenário a definir

10 horas

Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Trabalhadores do Transporte Público

Lançamento da frente. Auditório Nereu Ramos

10 horas

Comissões de Cultura, e de Trabalho, de Administração e Serviço Público

Audiência pública para debater os impactos das políticas afirmativas no Brasil, com base no livro "Reafirmando Direitos: Trajetória de Estudantes Cotistas Negros (as) no Ensino Superior Brasileiro". Foram convidados: a pedagoga Nilma Lino; a professora da Universidade Federal de Santa Catarina Joana Passos; e a professora associada da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia Dyane Brito. Plenário 10

10 horas

Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia

Audiência pública para debater a realidade dos serviços de telefonia móvel e de internet banda larga nos estados do Amazonas, do Acre e de Rondônia.

Foram convidados, entre outros, representantes da Anatel; do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; e do Sindicato Nacional das empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (Sinditelebrasil).

Evento interativo pelo e-Democracia Plenário 14

10 horas

Comissão de Legislação Participativa



Audiência pública sobre liberdade de cátedra.

Foram convidados, entre outros, o professor aposentado do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo Paulo Sérgio Pinheiro; a procuradora federal dos Direitos do Cidadão, Deborah Duprat; e a professora do Departamento de Literatura e da pós-graduação em História da Universidade Federal do Ceará Irenísia Oliveira.

Evento interativo pelo e-Democracia

Plenário 3

13h30

Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Audiência pública para apurar casos de violação de direitos fundamentais no sistema carcerário da capital amazonense.

Manaus (AM)

SEXTA-FEIRA (7)

9 horas

Plenário

Sessão de debates. Plenário Ulysses Guimarães

9 horas

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

Visita oficial. Montevidéu (Uruguai)

9 horas

Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Audiência pública para apurar casos de violação de direitos fundamentais no sistema carcerário da capital amazonense.

Manaus (AM)

Link: https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/577331-AGENDA-DA-SEMANA.html

2. PODER LEGISLATIVO -



2.1 PROPOSICÕES APRESENTADAS

<u>Telmário defende manutenção do Coaf no Ministério da Justiça e diz que povo está atento</u>

Senador Telmário Mota (Pros-RR) falou nesta segunda-feira (27), em Plenário, sobre as manifestações do último domingo (26) a favor do governo. Ele afirmou que o sucesso dos atos em algumas localidades mostra que o povo está atento, especialmente quando defende a manutenção do Conselho de Controle de Atividade Financeira (Coaf) no Ministério da Justiça.

Relator defende na CCJ decretos sobre armas de fogo do presidente Bolsonaro

O senador Marcos do Val (Cidadania-ES) apresentou à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), nesta quarta-feira (29), seu voto sobre os projetos de decreto legislativo (PDLs) que



pretendem derrubar as novas regras sobre armas de fogo editadas pelo presidente Jair Bolsonaro.

Oposição é contra MP que antecipa reforma previdenciária, diz Randolfe O líder da oposição no Senado, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), adiantou nesta quinta-feira (30) que não deve aceitar algumas propostas da Medida Provisória 871/2019, que combate irregularidades nos benefícios do INSS. Para ele, a MP é uma forma encontrada pelo governo para antecipar a reforma da Previdência em prejuízo da população mais pobre.

Senado tem sessão nesta segunda para votar medidas provisórias O Plenário tem sessão deliberativa marcada para esta segunda-feira (3), às 14h. Os senadores irão votar duas medidas provisórias (MPs) que estão prestes a perder a validade. As MPs 871/2019 e 872/2019 chegaram ao Senado na última quinta-feira (30), a apenas quatro dias do prazo final. Após liberar a pauta, os senadores podem analisar cinco propostas de emenda à Constituição (PECs).

CDH debate na terça proposta de reforma previdenciária para Forças Armadas O Projeto de Lei (PL) 1.645/2019, que atualiza o Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas será tema de debate promovido pela Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa (CDH) nesta terça-feira (4). A discussão está incluída no ciclo de audiências públicas para discutir Previdência e trabalho.

CCJ debate prisão em segunda instância no pacote anticrime

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) debate na próxima terça-feira (4) um dos projetos de lei que compõem o conjunto de medidas anticrime e anticorrupção do governo federal. O <u>PL 1.864/2019</u> altera 13 leis e decretos nas áreas de atuação policial, regras de processo penal, banco de dados, progressão de regime, corrupção e enriquecimento ilícito, entre outros.

3. PODER JUDICIÁRIO

3.1 SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Partido questiona emenda parlamentar que tirou Coaf do Ministério da Justiça e Segurança Pública

O partido político Podemos ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6147 contra o processo legislativo que alterou a Medida Provisória (MP) 870 para retirar o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) da estrutura do Ministério da Justiça e Segurança Pública e devolvê-lo ao Ministério da Economia. O relator da ADI é o ministro Edson Fachin.

Adotado rito abreviado em ADI contra autorização para autoridade policial aplicar medidas protetivas da Lei Maria da Penha



O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), aplicou à tramitação da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6138 o rito abreviado previsto no 12 da Lei 9.868/1999 (Lei das ADIs), que autoriza o julgamento da ação pelo Plenário do Supremo diretamente no mérito, sem prévia análise do pedido de liminar. Na ADI, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) questiona alteração promovida na Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) que autoriza a autoridade policial a afastar o suposto agressor do domicílio ou de lugar de convivência com a ofendida quando verificada a existência de risco à vida ou à integridade da mulher.

3.2 SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Magistrados da JMU aprovam seis enunciados durante a 1ª Jornada de Direito Militar Em sessão plenária realizada na manhã desta quinta-feira (30), os juízes federais da Justiça Militar aprovaram seis dos sete enunciados discutidos durante a 1ª Jornada de Direito Militar, organizada pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados da Justiça Militar da União (ENAJUM). Os enunciados aprovados são de caráter doutrináriocientífico, não se confundindo com a posição do Superior Tribunal Militar (STM), bem como dos seus membros quando do exercício da função pública, e sintetizam as deliberações dos magistrados da 1ª instância sobre novas questões do Direito Penal Militar e do Direito Processual Penal Militar que emergiram com o advento das Leis 13.491/2017 e 13.774/2018.

4. PODER EXECUTIVO

4.1 MINISTÉRIO DA JUSTICA E SEGURANCA

Em Viena, Ministério da Justiça e Segurança Pública contribui para políticas globais de prevenção ao crime e justiça criminal

Brasília, 28/05/2019 - A comunidade internacional se reuniu em Viena, entre os dias 20 e 24 de maio, para um dos mais importantes eventos das Nações Unidas contra o crime: a 28ª Sessão da Comissão para Prevenção do Crime e Justiça Criminal (CPCJC). Na ocasião, o Ministério da Justiça e Segurança Pública apresentou aspectos relevantes de suas iniciativas prioritárias, tais como o Pacote Anticrime e a gestão de ativos apreendidos no âmbito de processos penais, bem como políticas penitenciárias, de cooperação jurídica internacional e de segurança pública. Além disso, foram assimiladas boas práticas desenvolvidas por outros países nesses mesmos temas.

Brasil recebe refugiados da América Central

Brasília, 30/05/2019 - O Governo Federal, por meio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em parceria com a Agência da ONU para Refugiados (Acnur) e com a Agência da ONU para as Migrações (OIM) recebe, nesta quinta-feira (30), no Rio Grande do Sul, três famílias de refugiados originários de Honduras e de El Salvador

<u>Secretário Nacional de Segurança Pública participa de reunião com secretários de Segurança Pública dos estados</u>

Brasília, 31/05/2019 - O secretário Nacional de Segurança Pública, Guilherme Theophilo, realizou na quinta-feira (30), em Fortaleza, a abertura da LXXIV Reunião Ordinária do



Conselho Nacional dos Secretários de Segurança Pública (CONSESP). Além de atualizar os gestores das secretarias sobre o andamento dos projetos estratégicos da Senasp, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Theophilo solicitou maior colaboração dos estados no compartilhamento de dados sobre os crimes, a fim de promover um trabalho eficaz.

6. ASSUNTOS DE INTERESSE DA FENEME

SEMANA DE MOBILIZAÇÕES NA FENEME

Durante os dias 28 e 29 de maio 2019 (terça-feira e quarta-feira) a FENEME promoveu grande mobilização em Brasília face a tramitação da PEC 06/19 (Reforma da Previdência), envolvendo representações de militares de 25 Estados do Brasil mais o Distrito Federal. Vários Militares, homens e mulheres, Oficiais e Praças realizaram contatos com parlamentares visando esclarecêlos no que se refere aos militares estaduais e do DF na PEC referida, bem como solicitando apoio a emenda N° 55 (do Deputado Federal Capitão Augusto e Deputados da Bancada Militar Estadual), construída no sentido de clarear e sanear alguns poucos pontos específicos da reforma, a qual já prevê simetria de tratamento entre todos militares do Brasil, sejam Estaduais e do DF ou das Forças Armadas.

INICIOU HOJE PELA MANHÃ MAIS UM CURSO ASSESSORIA PARLAMENTAR PARA OFICIAIS EM SP.

O curso está sendo promovido pela DEFENDA PM-SP, apoiado pela AOMESP e coordenação da FENEME. A abertura ocorreu pela manhã na ALESP, com presença autoridades e palestra do Senador-SP Major Olímpio.

7. CURTA E SIGA A FENEME NAS REDES SOCIAIS

Facebook: https://www.facebook.com/secretariofeneme.feneme

Twitter: https://twitter.com/realfeneme

Sites: www.feneme.org.br / www.ciclocompleto.com.br

Brasília, 03 de junho 2019.